

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras deve levantar mais US\$ 5 bilhões com chineses.....	2
Título: Nota.....	3
Título: Casca de arroz vira eletricidade no Sul	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Parceria para o Comperj	4
Título: Novo modelo do setor elétrico pode pesar no bolso	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Governo propõe variação do preço da energia de acordo com o horário	7
Título: Volvo anuncia que todos os seus carros terão motor elétrico a partir de 2019	9
Título: Tarifa de luz deve ser diferenciada por horário.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Reforma propõe venda de usinas e aumento de tarifa.....	12
Título: Risco hidrológico é o ponto fundamental de consulta	14
Título: MME enfrenta resistências para testar exploração não convencional de óleo e gás .	16
Título: Firjan propõe mudança na lei de partilha para incentivar o pós-sal	17
Título: Geração por fontes limpas cresce e bate recorde	18
Título: Risco de uma guerra global do aço paira sobre cúpula do G-20	19
Título: Banindo o óleo pesado do Ártico.....	21
Título: Destaques	23
Título: Venda de 17% na Renova é insuficiente para Light.....	23
Título: Robotizada, usina revela nova cultura da Gerdau	25
Título: Grupo para unidade de laminação em Minas.....	27
Título: Vale espera fechar acordo em Moçambique no 3º tri	28
Título: Petrobras pode exportar derivados do Comperj	29

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras deve levantar mais US\$ 5 bilhões com chineses**

Estatul fez parceria com CNPC para construir refinaria no Comperj.

A China está se tornando cada vez mais relevante para os negócios da Petrobras. A estatal deve receber uma linha de crédito de US\$ 5 bilhões do China Development Bank (CDB) para financiar seus projetos nos próximos anos. As duas empresas já assinaram um termo de compromisso, de acordo com uma fonte envolvida nas conversas. Com esse valor, o total emprestado pelos chineses deve praticamente dobrar em relação aos US\$ 6 bilhões que a empresa brasileira tem hoje disponíveis.

Na terça-feira, a Petrobras anunciou a formação de uma aliança estratégica com a chinesa CNPC para buscar oportunidades em todos os segmentos da cadeia de óleo e gás. Conforme O GLOBO antecipou, faz parte dessa parceria a construção de uma refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projeto que, segundo fontes, exige investimentos de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões e deve gerar pelo menos dez mil empregos diretos.

CRÉDITO MAIOR QUE O DO BNDES

A cúpula da Petrobras passou os últimos dias em Pequim para alinhar os acordos com os chineses. De acordo com uma fonte que não quis se identificar, esse novo volume de US\$ 5 bilhões deve ser usado a partir do ano que vem, com o objetivo de financiar os projetos futuros de investimento, dentro de seu Plano de Negócios, que deverá passar por revisão. — A Petrobras vem conseguindo uma boa relação com os chineses, que querem investir cada vez mais no Brasil.

A atual administração da companhia vem conseguindo mostrar melhora nos indicadores financeiros, e os chineses vêm elogiando a redução de custos que vem sendo feita no Campo de Libra, onde são sócios da Petrobras junto com outros acionistas (Total e Shell) — afirmou essa fonte. Atualmente, a Petrobras já tem US\$ 5 bilhões em financiamento com o CDB. Há ainda, com o China Exim Bank, outro US\$ 1 bilhão em financiamento disponível para fornecimento de equipamentos e serviços já firmados com fornecedores chineses.

Para se ter uma ideia do peso chinês, o sistema Petrobras tem com o BNDES uma linha de crédito de US\$ 3,720 bilhões, dos quais US\$ 2,8 bilhões ainda estão disponíveis. Parte dos recursos asiáticos deve ser usada para as obras do Comperj, observa a fonte. No complexo, a licitação para a construção da Unidade

de Processamento de Gás Natural (UPGN) está em andamento. O início das obras está previsto para o ano que vem, e o término, para 2020. Essa obra é estimada entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 3 bilhões. O Comperj como um todo consumiu mais de US\$ 13 bilhões, já passou por diversas reformulações e foi um dos principais alvos de corrupção da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

VENDA FUTURA DE PETRÓLEO

Segundo fontes, a contrapartida exigida pelos chineses é uma maior participação em obras feitas pela estatal e a contratação de fornecedores do país asiático. Por exemplo, metade das oito plataformas próprias da Petrobras em construção está sendo feita por estaleiros chineses. É o caso da P-67, no estaleiro Cooc, além de P-77, P-70 e P-75, que estão no estaleiro Cosco. Já a P-69 tem o casco feito na China, mas será concluída em Angra dos Reis, no Rio.

— Os chineses são competitivos em seus preços e vêm conseguindo se destacar nas negociações. Além disso, parte das negociações envolve ainda a venda futura de petróleo, pois é uma garantia exigida pelos chineses. Serão 300 mil barris por dia até 2019, e cem mil barris diários entre 2020 e 2026 — destacou uma fonte. Procurada, a Petrobras disse que tomou um financiamento de US\$ 5 bilhões com o CDB em dezembro de 2016, mas não comentou sobre a nova linha.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Comendo em casa

Na contramão da recessão, o consumo de gás de cozinha em botijão — usado na maioria dos lares do país — subiu 3,72%, em maio deste ano frente ao mesmo período de 2016. É o retrato da crise: passou-se cozinhar mais em casa, cortando as idas a restaurantes.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glaucete Cavalcanti

Título: Casca de arroz vira eletricidade no Sul

Usina de biomassa terá R\$ 35 milhões do BNDES

O arroz nosso de cada dia não vai mais fazer parte apenas do cardápio. Está crescendo o uso da casca do grão como combustível para usinas termelétricas (UTE) de biomassa, sobretudo no Rio Grande do Sul, um dos principais produtores do insumo no país. De meados dos anos 1990 para cá, já são 12 usinas gerando energia a partir da queima da casca de arroz dentre as 2.924 UTEs em operação no país, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Atualmente, há 31 termelétricas sendo construídas no país, incluindo a Usina de São Sepé, no município gaúcho de mesmo nome, alimentada pela casca de um dos mais comuns alimentos à mesa do brasileiro. Além de gerar energia renovável, as usinas de biomassa que usam a casca de arroz como combustível ajudam a dar destino ao resíduo da produção do grão. A UTE de São Sepé, projeto de R\$ 48,6 milhões, teve o financiamento de R\$ 35,3 milhões aprovado pelo BNDES. O projeto terá potência instalada de 8 megawatts (MW), o suficiente para abastecer perto de 31 mil domicílios, ou de cem mil a 120 mil pessoas.

— São Sepé tem cerca de 24 mil habitantes, então a usina seria capaz de atender a toda a cidade com folga. Vamos comprar 70 mil toneladas de casca de arroz por ano de arrozeiras (empresas que beneficiam arroz) da região — explica João Alderi do Prado, presidente da Ceral Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento, à frente do projeto. A energia de São Sepé foi vendida no 22º leilão de energia nova, em agosto de 2015. As obras, iniciadas em 2016, devem terminar em janeiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: Parceria para o Comperj

Símbolo mais evidente dos desmandos e dos esquemas de corrupção que, durante a gestão do PT, drenaram bilhões da Petrobrás para contas bancárias de políticos, funcionários e dirigentes de empresas privadas, as obras paralisadas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) poderão ser retomadas. Com sua capacidade financeira destrocada pelos bilionários desvios que foram descobertos pela Operação Lava Jato, a Petrobrás decidiu interromper as obras em 2015, entre outras medidas que teve de adotar para superar sua grave crise financeira, e desde então o projeto está fora do planejamento estratégico da empresa. Era preciso, no entanto, encontrar uma solução que permitisse recuperar pelo menos parte dos cerca de US\$ 13 bilhões aplicados nas obras e evitar a contínua deterioração do que já foi feito e que impõe mais perdas para a estatal. Essa solução parece ter sido encontrada com a parceria que a Petrobrás estabeleceu com a estatal chinesa China National Petroleum Company (CNPC).

As informações oficiais sobre o acordo, fechado em Pequim pelo presidente da Petrobrás, Pedro Parente, e pelo vice-presidente da CNPC, Wang Dongjin, são vagas. Em comunicado ao mercado, a Petrobrás informa apenas que os dois dirigentes assinaram um memorando de entendimento “para iniciar tratativas referentes a uma parceria estratégica”. Em outro comunicado, a estatal brasileira acrescenta que as duas empresas vão avaliar oportunidades “em áreas-chave de interesse mútuo” em toda a cadeia do petróleo, da exploração e produção ao refino do óleo, além da utilização de gás. É corrente no mercado, entretanto, a informação de que essa parceria envolverá a retomada das obras do Comperj, em particular a da refinaria de petróleo incluída no projeto (que, na sua versão original, previa também uma unidade de processamento de gás natural e um complexo petroquímico). Anunciado como uma das grandes realizações do governo de Lula, o Comperj, no município fluminense de Itaboraí, teve suas obras oficialmente iniciadas em 2006.

Seria, no discurso grandiloquente típico das administrações petistas, o maior empreendimento da estatal, um dos maiores do mundo no setor petroquímico e o maior empreendimento industrial do País em muitas décadas. Geraria 200 mil empregos diretos e indiretos e, além de combustíveis, produziria matéria-prima para a indústria de plásticos que se instalaria na região, desenvolvendo-a ainda mais rapidamente. Como muitos outros na área de petróleo aprovados durante a administração petista, o que o projeto da Comperj propiciou, no entanto, foi a montagem de um imenso esquema de corrupção que, não fossem as descobertas da Lava Jato, asseguraria dinheiro para que o PT sustentasse indefinidamente seu projeto de poder. De quebra, serviu para abastecer a conta do ex-governador fluminense Sérgio Cabral e de sua equipe, já denunciados por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Apesar dos gastos com a obra, que superam em muito o orçamento inicial, a Petrobrás teve de paralisá-la, o que implicou a demissão de mais de 5 mil pessoas. Além do desvio puro e simples do dinheiro da empresa pelo esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava Jato, outras irregularidades marcaram o projeto, como o sobrepreço encontrado pelos auditores do Tribunal de Contas da União em quatro contratos de responsabilidade de nove empreiteiras investigadas na operação. Mas, se executado de acordo com os padrões de responsabilidade financeira e cuidado técnicos que devem ser seguidos em obras públicas, sobretudo dessas dimensões, o Comperj é um projeto importante para o País. Sua capacidade de refino, de 165 mil barris de petróleo por dia na primeira fase, reduziria a necessidade de importação de derivados. Sua unidade de gás – cujas obras prosseguem – receberá o gás natural a ser produzido a partir de 2020 no pré-sal da Bacia de Santos. Ao que se informa, a construção da unidade petroquímica continuará suspensa.

Seção: Economia**Autor: Anne Warth****Título: Novo modelo do setor elétrico pode pesar no bolso**

Estimativa é de impacto de até 7% de aumento na conta de luz do consumidor se todas as usinas antigas forem privatizadas de uma só vez

O novo modelo do setor elétrico apresentado pelo governo pode provocar custos mais altos para o consumidor. A estimativa é que, se todas as usinas antigas forem privatizadas de uma só vez, poderia haver impacto de até 7% na conta de luz. Por isso, a proposta é que esse movimento seja gradual, diluindo os efeitos tarifários ao longo de anos. Hoje, o consumidor paga um valor baixo pela energia dessas usinas, o que contribui para conter os reajustes tarifários. Esse valor é tabelado e definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Se essas usinas forem privatizadas, o consumidor vai passar a pagar preço de mercado por essa mesma energia. Porém, um terço dos recursos obtidos com a venda retornaria para a conta de luz, abatendo custos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que banca subsídios e programas sociais. O novo modelo para o setor elétrico proposto pelo governo enterra o marco criado pela ex-presidente Dilma Rousseff. Lançada em 2012, a Medida Provisória 579 é apontada como uma das principais causas da crise do setor e, principalmente, da Eletrobrás.

Cinco anos depois de ter renovado suas concessões de geração e transmissão de forma antecipada, com redução de receitas, a Eletrobrás poderá privatizar essas usinas e linhas de transmissão. A proposta prevê que a Eletrobrás poderá escolher quais usinas e linhas de transmissão e distribuidoras pretende vender. Se a empresa desejar, poderá até privatizar subsidiárias, como Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Chesf. De acordo com uma fonte do governo, a Eletrobrás poderá criar novas subsidiárias, dividindo, por exemplo, a Chesf em duas empresas e vender apenas uma delas. Antes, porém, ela terá de fazer uma reestruturação e reduzir custos, para que a parte que ficar com a companhia não seja composta apenas por passivos e funcionários.

O dinheiro a ser obtido com a venda dessas usinas será dividido igualmente entre governo, Eletrobrás e consumidores. Um terço ficaria com o Tesouro Nacional e ajudaria no resultado fiscal de 2018. Mas, para ficar com parte dos recursos, a Eletrobrás terá de correr contra o tempo. A companhia só terá direito a ficar com uma parte da renda se as privatizações ocorrerem até 31 de dezembro de 2019. Se vender algum ativo depois dessa data, dois terços ficam com o Tesouro e um terço com o consumidor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Governo propõe variação do preço da energia de acordo com o horário**

A proposta de reforma do setor elétrico prevê alterações na conta de luz, como a implantação de tarifas diferenciadas por horário e a mudança de cálculo da parcela que cobre os custos da distribuição e transmissão de energia.

As mudanças fazem parte de um conjunto de medidas apresentadas nesta quarta (5) pelo Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o documento, o objetivo da reforma é adequar as regras do setor a mudanças tecnológicas e restrições para a construção de grandes hidrelétricas com reservatórios no país. O pacote trata também de soluções para por fim à judicialização do setor elétrico e melhora as condições de privatização de usinas estatais, em estudo pela Eletrobras para reduzir seu elevado endividamento.

Com relação à conta de luz, a principal mudança é a implantação de uma tarifa dinâmica, que pode variar de acordo com os horários de maior consumo.

"Tarifas horárias são mais um instrumento para valoração adequada da energia já que, além de tornarem o consumo mais eficiente por meio de um maior acoplamento com o sinal de preço e com a operação, podem agregar valor à geração capaz de atender as horas críticas do sistema", diz o texto.

Nos últimos anos, o horário de pico no consumo de energia se deslocou do início da noite para o início da tarde, principalmente no verão, quando um maior número de aparelhos de ar condicionado estão em operação.

Dessa forma, o horário de verão vem perdendo a importância no esforço para reduzir a necessidade de investir em capacidade adicional de geração.

Com tarifas mais caras no início da tarde, por exemplo, o consumidor pode optar por desligar o ar condicionado. Por outro lado, o maior preço pode incentivar projetos de geração para atender a esse público específico.

O governo propõe também a segregação dos componentes que compõem a tarifa de energia. A proposta diz que a parte relacionada aos serviços de distribuição e transmissão deve deixar de ser calculada de acordo com o volume consumido por cada residência.

A medida tem por objetivo incentivar projetos de economia de energia e evitar subsídios cruzados com a perspectiva de crescimento da microgeração —quando um consumidor gera sua própria energia, reduzindo as compras da distribuidora. A justificativa é que cada quilowatt-hora (kWh) economizado ou gerado em casa representa perda de receita da distribuidora para remunerar a infraestrutura de rede e, em um segundo momento, transferência do custo aos demais consumidores.

"Essa transferência, quando associada, por exemplo, à instalação de painéis solares, pode fazer com que os consumidores que não possuem recursos para a instalação de um painel subsidiem o custo da rede para os consumidores de renda mais alta", explica o documento.

A proposta de reforma do setor elétrico é baseada em princípios divulgados na segunda (2), que pregam maior eficiência na formação de preços, redução dos subsídios e menor participação do estado nas negociações do setor.

Neste sentido, as medidas detalhadas nesta quarta reduzem e buscam criar condições para a implantação de uma bolsa de energia no país, que reduziria a necessidade de contratação antecipada de eletricidade pelas distribuidoras - item que hoje é motivo de grande discussão no setor.

Nesse sentido, abre a possibilidade de mais empresas se tornarem consumidores livres, reduzindo o limite de tensão dos atuais 3 mil kW para 75 kW em 2028.

PRIVATIZAÇÃO

A proposta também cria regras para a privatização de geradoras estatais, que podem melhorar o preço de venda dos ativos e ainda ajudar no caixa da União. As usinas privatizadas que já tiveram a renovação antecipada em 2013 serão "descotizadas", ou seja, liberadas do compromisso de vender cotas de energia a preços mais baratos, o que melhora seu valor de venda.

Nesse caso, estão todas as usinas da Eletrobras, que foi obrigada pelo governo Dilma a aderir à renovação antecipada, mesmo diante da possibilidade de perda de receita.

As que não renovaram poderão ter a concessão renovada automaticamente por mais 30 anos. Para isso, o comprador pagará uma outorga ao governo, que será destinada à Conta de Desenvolvimento Energético, que hoje banca os subsídios, e ao Tesouro.

O documento ficará em consulta pública até agosto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: DO "FINANCIAL TIMES"****Título: Volvo anuncia que todos os seus carros terão motor elétrico a partir de 2019**

A Volvo anunciou que todos os seus modelos terão motores elétricos a partir de 2019, o que a torna a primeira montadora de automóveis convencional a decretar o fim dos veículos movidos apenas por motores de combustão interna.

A Volvo anunciou nesta quarta-feira (5) que fará da eletrificação a plataforma central de seu negócio.

De 2019 em diante, ela só fabricará três tipos de carro: 1) puramente elétricos; 2) híbridos recarregáveis por meio de tomadas (plug-in); e 3) os chamados híbridos "leves", que combinarão uma grande bateria a um pequeno motor a gasolina.

"O anúncio marca o fim dos carros movidos apenas por motores de combustão interna", disse Hakan Samuelsson, presidente-executivo da montadora.

"A Volvo declarou que planeja vender um total de 1 milhão de carros eletrificados até 2025. E falamos sério quando fizemos essa declaração. É assim que a cumpriremos", afirmou.

A montadora sueca foi adquirida pela montadora chinesa de automóveis Geely, em 2010.

Os novos proprietários provaram ser um catalisador na corrida para eletrificar os modelos, porque a China já lidera as vendas mundiais de carros elétricos e a Geely é a única montadora sob controle acionário chinês que produz veículos para o mercado dos Estados Unidos.

Cerca de 265 mil veículos com propulsão puramente elétrica foram vendidos na China no ano passado, ante 110 mil em toda a Europa, de acordo com dados compilados pela EV-Volumes.com.

Em termos mundial, o mercado de carros elétricos puros é minúsculo, representando menos de 1% das vendas totais de veículos no ano passado, mas está crescendo rapidamente.

De janeiro a março, as vendas mundiais de veículos plug-in —que abarcam veículos puramente elétricos e híbridos plug-in— subiram em 40%, para 191,7 mil unidades, de acordo com a EV-Volumes.com.

Se o ritmo de crescimento registrado de 2013 para cá se mantiver, em 2030 80% dos veículos vendidos no planeta serão plug-ins.

A Volvo anunciou que vai lançar cinco carros puramente elétricos entre 2019 e 2021. Três serão projetos da Volvo e os outros dois da Polestar, uma subsidiária de veículos de alto desempenho lançada no mês passado.

A partir de 2019, nenhum carro da Volvo será vendido sem motor elétrico, e os veículos de combustão interna serão "gradualmente tirados de linha", anunciou a empresa. Ela também pretende tornar suas operações industriais "neutras em termos de efeito sobre o clima" até 2025.

TESLA

A agenda da Volvo provavelmente despertará dúvidas sobre a posição da Tesla, a montadora norte-americana de carros elétricos cujo valor em Bolsa disparou em um período no qual não havia concorrência em termos de veículos puramente elétricos.

A Tesla, que vendeu 76 mil veículos no ano passado, planeja produzir 1 milhão de carros ao ano a partir de 2020, mas seu valor de mercado, US\$ 58 bilhões, já é mais alto que o da General Motors, que vendeu 10 milhões de carros no ano passado.

A Tesla vem conquistando apoio entusiástico dos investidores, que acreditam no futuro de emissão zero de poluentes projetado pelo presidente-executivo da montadora, Elon Musk.

O primeiro dos importantíssimos Tesla Model 3 —o carro que Musk espera ajude a transformar veículos elétricos de baixo custo em um objeto de desejo para as massas, em lugar de apenas um brinquedo de curto alcance para motoristas preocupados com a ecologia— deve ser entregue ao comprador neste mês, respeitando o cronograma.

Mas o anúncio da Volvo mostra que os dias da Tesla como única montadora premium de carros elétricos estão contados.

A Jaguar anunciou que seu utilitário esportivo elétrico, o I-Pace, chegará ao mercado no final do ano que vem, e a Audi começará a vender dois modelos elétricos premium em 2019, o ano em que a Mercedes lançará seu primeiro utilitário esportivo elétrico, como parte de sua nova marca EQ.

No Salão do Automóvel de Frankfurt, em setembro, a BMW deve anunciar uma versão elétrica da Série 3, sua linha mais vendida de carros.

Em 2020, as montadoras tradicionais devem ter linhas amplas de carros elétricos à venda, oferecendo alcance de cerca de 500 quilômetros, disse Michael Muters, administrador de fundos da Union Investment.

"Creio que será bem difícil para a Tesla manter sua posição, nesse mercado", disse. "O império vai contra-atacar."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Tarifa de luz deve ser diferenciada por horário

A proposta de reforma do setor elétrico prevê alterações na conta de luz, como a implantação de tarifas diferenciadas por horário e a mudança de cálculo da parcela que cobre os custos da distribuição e transmissão de energia.

As mudanças fazem parte de um conjunto de medidas apresentadas nesta quarta-feira (5) pelo Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o documento, o objetivo da reforma é adequar as regras do setor a mudanças tecnológicas e restrições para a construção de grandes hidrelétricas com reservatórios no país.

O pacote trata também de soluções para por fim à judicialização do setor elétrico e melhora as condições de privatização de usinas estatais, em estudo pela Eletrobras para reduzir seu elevado endividamento.

Com relação à conta de luz, a principal mudança é a implantação de uma tarifa dinâmica, que pode variar de acordo com os horários de maior consumo. "Tarifas horárias são mais um instrumento para valoração adequada da energia já que, além de tornarem o consumo mais eficiente por meio de um maior acoplamento com o sinal de preço e com a operação, podem agregar valor à geração capaz de atender as horas críticas do sistema", diz o texto.

Nos últimos anos, o horário de pico no consumo de energia se deslocou do início da noite para o início da tarde, principalmente no verão, quando um maior número de aparelhos de ar-condicionado estão em operação. Dessa forma, o horário de verão vem perdendo a importância no esforço para reduzir a necessidade de investir em capacidade adicional de geração.

Com tarifas mais caras no início da tarde, por exemplo, o consumidor pode optar por desligar o ar-condicionado. Por outro lado, o maior preço pode incentivar projetos de geração para atender a esse público específico.

Economia e microgeração

O governo propõe também a segregação dos componentes que compõem a tarifa de energia. A proposta diz que a parte relacionada aos serviços de distribuição e transmissão deve deixar de ser calculada de acordo com o volume consumido por cada residência.

A medida tem por objetivo incentivar projetos de economia de energia e evitar subsídios cruzados com a perspectiva de crescimento da microgeração, quando um consumidor gera sua própria energia, reduzindo as compras da distribuidora. A justificativa é que cada quilowatt-hora (kWh) economizado ou gerado em casa representa perda de receita da distribuidora para remunerar a infraestrutura de rede e, em um segundo momento, transferência do custo aos demais consumidores.

Privatização

A proposta também cria regras para a privatização de geradoras estatais, que podem melhorar o preço de venda dos ativos e ainda ajudar no caixa da União. As usinas privatizadas que já tiveram a renovação antecipada em 2013 serão “descotizadas”, ou seja, liberadas do compromisso de vender cotas de energia a preços mais baratos, o que melhora seu valor de venda.

Nesse caso, estão todas as usinas da Eletrobras, que foi obrigada pelo governo Dilma Rousseff a aderir à renovação antecipada, mesmo diante da possibilidade de perda de receita.

As que não renovaram poderão a concessão renovada automaticamente por mais 30 anos. Para isso, o comprador pagará uma outorga ao governo, que será destinada à Conta de Desenvolvimento Energético, que hoje banca os subsídios, e ao Tesouro.

O documento ficará em consulta pública até agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia, Daniel Rittner e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio

Título: Reforma propõe venda de usinas e aumento de tarifa

Mesmo na corda bamba, o governo deu início ontem à maior reforma do setor elétrico desde 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff lançou um controverso plano de redução das contas de luz. Em um documento de 57 páginas, o Ministério de Minas e Energia propõe mudanças que serão discutidas com investidores antes do provável envio de uma medida provisória ao

Congresso Nacional. A consulta pública, com propostas que praticamente desmontam o plano de Dilma, vai durar até 4 de agosto.

O esboço de reforma prevê alterações que atingem diversos pilares do marco legal. Usinas hidrelétricas da Eletrobras que tiveram suas concessões renovadas por 30 anos em 2012, com um corte em torno de 70% nos valores do megawatt-hora, devem ser privatizadas e poderão cobrar tarifa de mercado. Hoje elas são remuneradas apenas pelos custos de operação e manutenção.

O parque gerador que entrega atualmente energia por meio de cotas às distribuidoras totaliza 14 mil megawatts (MW) de potência instalada - o equivalente a quatro usinas de Jirau, no rio Madeira, situada em Rondônia.

Como receberão pela venda de energia a preços de mercado, os futuros compradores das usinas terão que pagar um bônus de outorga e ganharão o direito de explorar comercialmente esses ativos por mais 30 anos. De um lado, isso ajuda nas contas públicas e no caixa da Eletrobras. A proposta contempla a divisão do dinheiro obtido em três partes iguais: um terço para o Tesouro Nacional, um terço para a estatal e um terço para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A CDE é o "superfundo" responsável pelo pagamento dos subsídios no setor, como o Programa Luz para Todos, combustíveis para termelétricas nos sistemas isolados e subvenções para a tarifa social.

Considerando os valores de outorga definidos pelo governo na relicitação de usinas da Cemig, prevista para o fim deste ano, uma simulação feita pelo **Valor** indica que até R\$ 53 bilhões poderiam ser obtidos em bonificações com a venda das hidrelétricas hoje operadas pela Eletrobras no sistema de cotas.

Essa estimativa, no entanto, não consta de nenhum documento oficial e depende de uma série de fatores - como o preço efetivo da energia, financiamento e a alocação do risco hidrológico (quando se produz menos eletricidade do que o compromisso firmado em contratos de fornecimento, por causa do esvaziamento dos reservatórios).

De outro lado, os consumidores não terão como escapar de uma alta nas contas de luz. Na nota técnica divulgada ontem, o ministério reconhece que esse movimento pode gerar repercussões na tarifa e oferece um aperitivo do impacto. Se todo o volume de cotas das hidrelétricas for descontratado de uma única vez e substituído por contratos com preço de R\$ 200 por MWh, o reflexo seria uma alta em torno de 7%, já considerando o dinheiro que iria para a redução dos subsídios embutidos na CDE e as mudanças na alocação do risco hidrológico.

O preço efetivo da energia será conhecido apenas nos editais de privatização das hidrelétricas, mas esse valor não foi mencionado por acaso. A Eletrobras obteve,

em média, R\$ 205 por megawatt-hora no mercado regulado em 2016; a tarifa nas usinas que fornecem sua eletricidade por cotas ficou em meros R\$ 60.

Essa está longe de ser a única mudança da reforma. Um dos pontos mais importantes é a retomada do cronograma de ampliação do mercado livre, que estava congelado desde 2002. Os critérios para a migração de consumidores do mercado regulado (distribuidoras) para o livre (onde têm liberdade de escolha no fornecimento) vão ser flexibilizados paulatinamente até 2028 - dos atuais 3 MW de demanda mínima, chegarão a até 75 kilowatts.

Outro aspecto é a possibilidade de rescisão dos contratos de térmicas "sujas", movidas a óleo e localizadas principalmente na região Nordeste, com custo de funcionamento muito alto. Estima-se que elas somem pelo menos mil MW de capacidade. A ideia é desconstruí-las voluntariamente e abrir espaço para fontes limpas, como eólica e solar.

O governo promete ficar de ouvidos abertos para sugestões dos investidores. "Nada está escrito em pedra e o objetivo da consulta é justamente escutar todos, internalizando comentários e aprimorando [o texto]", diz o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso. Ele cita a disposição do ministro Fernando Coelho Filho em incorporar contribuições durante esse processo, evitando as surpresas causadas pela MP 579, a polêmica medida provisória assinada por Dilma.

"As mudanças não podem ser feitas correndo. É importante haver um cronograma", afirma o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, Nivalde de Castro. "A metodologia adotada é muito boa. Primeiro, foram lançados os princípios [no início da semana]. Nessa conjuntura política que o país passa, isso é positivo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia, Daniel Rittner e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio

Título: Risco hidrológico é o ponto fundamental de consulta

A nota técnica publicada pelo Ministério de Minas e Energia para nortear a consulta pública que vai rever o modelo atual do setor elétrico prevê uma solução para acabar com a judicialização referente ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

A proposta na mesa envolve retroagir a 2013 o deslocamento hidrelétrico causado pela geração fora da ordem de mérito (GFOM), com a compensação para as usinas por meio da extensão dos seus respectivos prazos de outorga - como foi antecipado pelo **Valor** no início de junho.

"O primeiro motivo para essa proposta é que a judicialização causa distorção do sinal de preço e ineficiência econômica no mercado de curto prazo", diz a nota técnica, se referindo às liminares que limitam os efeitos do GSF nas hidrelétricas e também às decisões judiciais usadas como proteção em resposta às outras.

Atualmente, o principal problema relacionado ao GSF se refere às liminares dos agentes do mercado livre, que não aderiram à proposta feita pelo governo no fim de 2015 para repactuar o risco hidrológico mediante o pagamento de um "seguro" pelas hidrelétricas.

Como as usinas continuaram com as liminares que limitam os efeitos do GSF a zero ou 5% de suas garantias físicas, isso gerou um rombo que já chegou a R\$ 1,6 bilhão no mercado livre.

Para chegar a um acordo com os geradores pela desistência das liminares, foi proposta a extensão das concessões das usinas.

Esse ponto da medida provisória em elaboração pelo governo é visto como fundamental para que o restante das reformas do setor elétrico tenha sucesso.

Anteriormente, a proposta negociada com os geradores envolvia retirar da exposição das hidrelétricas o percentual de 5% dos montantes devidos, mas optou-se pela geração fora da ordem de mérito pelo fato de a componente já ter sido retirada do GSF. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou uma norma recentemente determinando que essa parcela do risco não pertence aos geradores.

"Ou seja, o conceito de expurgo da GFOM é tecnicamente sólido e não fragiliza o enfrentamento judicial de eventuais ações que ainda permaneçam ajuizadas mesmo após a oferta de retroação", diz a nota técnica.

A retroação a 2013 se justifica por ser esse o ano em que o GSF começou a se acentuar e a geração fora da ordem de mérito passou a ser usada "de maneira discricionária e imprevisível".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: MME enfrenta resistências para testar exploração não convencional de óleo e gás**

De volta à pauta do governo, a exploração não convencional de óleo e gás sofreu um novo revés na Justiça. Enquanto o Ministério de Minas e Energia (MME) estuda o lançamento de um projeto piloto a partir de 2018, para avaliar o potencial brasileiro na área, a Justiça Federal do Paraná decidiu, no mérito, anular a assinatura do contrato de concessão de 11 blocos exploratórios da Bacia do Paraná, arrematados em 2013, na 12ª rodada, o primeiro leilão da Agência Nacional de Petróleo (ANP) voltado para a descoberta de recursos não convencionais.

A decisão, da 1ª Vara Federal de Cascavel, anulou as concessões do setor SPAR-CS, que concentrava blocos operados pela Petrobras e Petra Energia, em sociedade com outras empresas, como a Cowan, Copel, Bayar e Tucumann, sócias minoritárias nos projetos. A Justiça paranaense também determinou que a ANP se abstenha de realizar novas licitações e a celebrar contratos de concessão nas áreas da Bacia Paraná (do setor SPAR-CS), sem a realização prévia da avaliação ambiental das áreas.

Esta não é a única ação contrária à exploração de gás não convencional nas áreas arrematadas na 12ª rodada. Ações públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal também tentam impedir a exploração não convencional, a partir do uso da técnica de fraturamento hidráulico, nas bacias de Sergipe-Alagoas, Recôncavo (na Bahia) e Parnaíba (no Piauí).

Na Justiça Federal da Bahia, por exemplo, uma liminar suspendeu os efeitos da 12ª rodada, no Recôncavo, "enquanto não houver prévia regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e não for realizada a Avaliação Ambiental de Áreas Sedimentares".

Além das ações na Justiça Federal, de acordo com as organizações não governamentais Coalização Não Fracking Brasil (Coesus) e 350.org Brasil, que combatem a exploração não convencional, já existem no país cerca de 350 municípios que já proibiram, por lei, o uso da técnica de fraturamento hidráulico em seus territórios.

Devido às resistências ao uso da técnica, o governo pretende iniciar, em agosto, um amplo debate sobre o uso da técnica de fraturamento hidráulico no país, com representantes dos governos federal e estadual, petroleiras, ANP, dos ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Desenvolvimento e o Ministério Público. Na

avaliação do diretor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do MME, João Vicente de Carvalho, o nível da discussão sobre o assunto, no país, é "muito superficial".

O governo estuda realizar, a partir de 2018, um projeto piloto para testar a exploração não convencional de óleo e gás. O MME ainda não definiu onde seria realizado o projeto-piloto, mas avalia a possibilidade de realizá-lo na Bahia. O governo também discute de que forma seria financiado o projeto. Uma das alternativas avaliadas é o uso dos recursos da cláusula de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que obriga petroleiras que operam os campos mais lucrativos a investir em P&D.

"A gente acredita que há potencial [para exploração não convencional], mas temos que saber qual é esse potencial para saber se vale a pena", disse Carvalho, na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Firjan propõe mudança na lei de partilha para incentivar o pós-sal

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) pretende iniciar um debate sobre uma nova mudança na lei de partilha do pré-sal. Sacramentado o fim da exclusividade da Petrobras na operação das áreas leiloadas sob esse regime, a indústria fluminense propõe que áreas com vocação para o pós-sal, situadas dentro do polígono do pré-sal, possam ser licitadas sob o regime de concessão.

Pela legislação, todo ativo localizado dentro dessa região só pode ser leiloadado sob o regime de partilha, concebido originalmente para os projetos de alto grau de produtividade do pré-sal. Na visão das petroleiras, o pós-sal tem mais dificuldade para se viabilizar economicamente dentro desse modelo.

"Vivemos um aprisionamento do pós-sal dentro desse modelo [partilha]. Precisamos dissociar isso", defende a gerente de Óleo, Gás e Naval da Firjan, Karine Fragoso.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) estima que as nove rodadas previstas até 2019 têm potencial para gerar, para o Estado do Rio, investimentos diretos de US\$ 30 bilhões e royalties de US\$ 8 bilhões, no longo prazo. Na avaliação da Firjan, contudo, o impacto sobre a economia fluminense poderia ser maior, e mais rápido, se houvesse mais ofertas de ativos do pós-sal nos leilões e mais investimentos na revitalização dos campos maduros da Bacia de Campos.

Enquanto a ANP estima em 4 bilhões de barris recuperáveis o potencial de descobertas nos campos confrontantes com o Estado do Rio, ofertados nas próximas rodadas, o governo estima ser possível recuperar 6,8 bilhões de barris de óleo equivalente com a revitalização dos campos marítimos da Rodada Zero, projetos concentrados sobretudo na Bacia de Campos e cujos contratos de concessão se encerram a partir de 2025.

Com uma operação madura, em fase de declínio desde a virada da década, a Bacia de Campos completa 40 anos de operação sob a expectativa de retornar à rota dos investimentos das petroleiras, com a inclusão de áreas em águas profundas na 14ª rodada. Nos últimos dez anos, a região só foi incluída apenas uma vez nos leilões (na 13ª rodada, em 2015), mas a oferta de áreas em águas rasas, de baixo interesse, não teve sucesso.

Se negociadas, a previsão é que as concessões oferecidas na 14ª Rodada comecem a levantar investimentos entre o fim da década e início da próxima. Por ora, explica Karine, ainda não há uma previsão de quando os investimentos possam se refletir em empregos na cadeia fornecedora. Segundo o Anuário da Indústria de Petróleo da Firjan, a indústria de óleo e gás do Rio perdeu 10 mil vagas desde 2014. Em 2016, eram 85,5 mil profissionais empregados no setor.

"Numa estrada, a descida é mais rápida que a subida. O mesmo acontece na economia. [A recuperação dos empregos] Vai acontecer de forma mais lenta", disse Karine.

Já em relação à arrecadação de royalties e participações especiais, a previsão dela é que os números de 2017 superem os valores de 2016 e, "possivelmente", 2015. Ao todo, os municípios e o Estado do Rio arrecadaram, no ano passado, R\$ 6,025 bilhões em royalties e participações especiais - um montante 29% menor que o de 2015.

Ontem, a ANP colocou os pré-editais e minutas dos contratos das 2ª e 3ª rodadas do regime de partilha, no pré-sal, em consulta pública, que ofertará algumas áreas na Bacia de Campos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Geração por fontes limpas cresce e bate recorde

O Brasil registrou recorde de produção diária de energia eólica, na terça-feira, com um total gerado de 6.704 megawatts (MW) médios. O volume superou a marca anterior, ocorrida na segunda-feira, de 6.280 MW médios, que, por sua

vez, tinha ultrapassado o recorde obtido em 6 de novembro de 2016, de 5.817 MW médios.

O total de energia eólica produzido na terça-feira equivale a 11,42% do total gerado pelo país no mesmo dia. De acordo com cálculos do consultor Humberto Viana Guimarães, o montante produzido por parques eólicos na terça-feira, se fosse destinado somente para consumidores residenciais, teria sido suficiente para abastecer mais de 20 milhões de residências por um mês.

Segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, a expectativa é que novos recordes diários sejam registrados até o fim do ano. "De julho para a frente, a tendência é de novos recordes, porque estamos no período da 'safra' de ventos somada à entrada de novos projetos", afirmou a executiva.

Dos 6.704 MW médios de energia eólica produzidos na terça-feira, 5.274 MW médios (78,7%) foram gerados no Nordeste e 1.424 MW médios (21,2%) no Sul. Também foram produzidos 6 MW médios no Norte. Com relação ao Nordeste, a produção eólica representou 57% de toda a carga (consumo mais perdas elétricas) da região naquele dia.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), estão operando no Brasil 440 parques eólicos, totalizando 10,7 mil MW de capacidade nominal instalada. Outros 153 projetos do tipo, somando 3,5 mil MW de capacidade, estão em construção. Existem ainda 166 parques, com 3,77 MW, com aprovação da agência, com obras ainda não iniciadas.

O Brasil deve receber investimentos de R\$ 12,5 bilhões em geração solar até o fim de 2018, projeta a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), considera os parques de geração solar contratados em leilões nos últimos anos e que deverão entrar em operação até o fim de 2018.

Segundo a Absolar, a capacidade instalada de energia solar deverá atingir 3 mil MW no fim de 2018. Hoje são 235 MW. Este ano, investimentos de R\$ 5 bilhões devem levar a capacidade para 1 mil MW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Assis Moreira | Hamburgo (Alemanha)

Título: Risco de uma guerra global do aço paira sobre cúpula do G-20

China e EUA protagonizam novo confronto sobre o comércio de aço, na preparação do G-20 que, se prosseguir, poderá acabar afetando o Brasil, segundo maior exportador do produto para os EUA.

A tensão subiu entre os dois países na preparação da reunião de líderes das 20 maiores economias mundiais, que ocorre amanhã e sábado em Hamburgo (Alemanha).

O **Valor** apurou que Washington ameaça adotar uma ação unilateral para barrar a entrada de aço chinês nos EUA, se Pequim continuar a não respeitar o compromisso coletivo assumido no G-20.

Acusada pelos EUA e a Europa de vender aço a preço abaixo do custo, devido ao seu excesso de capacidade, a China aceitou no ano passado a criação de um grupo de trabalho internacional para atenuar o problema de excesso de produção e demanda modesta.

Mas até agora Pequim não concordou em dar informações sobre a capacidade de produção de aço por usina. Alguns países tentam fixar o prazo para agosto, mas a China não aceita o compromisso.

Os EUA então disseram que só restará obter o reequilíbrio no setor por uma ação unilateral. Como pano de fundo, há a ameaça do governo de Donald Trump de frear importações de aço por razões de segurança nacional, o que pode abalar ainda mais o já turbulento sistema multilateral de comércio.

A China, sozinha, responde por metade da produção de aço global e prometeu publicamente reduzir sua capacidade entre 100 milhões e 150 milhões de toneladas, de um total de 1,2 bilhão de toneladas até 2020, o que suprimiria 1,8 milhão de empregos no setor siderúrgico.

O premiê chinês, Li Keqiang, chegou a anunciar a redução de 50 milhões de ton para 2017. Mas um estudo da ONG Greenpeace com um escritório chinês concluiu que, ao contrário do prometido, os chineses elevaram sua capacidade de produção em 36,5 milhões de ton em 2016, equivalente ao dobro da produção anual do Reino Unido.

O problema é que o governo central em Pequim anuncia fechamento de siderúrgicas, mas as indústrias e autoridades locais resistem fortemente, diante do impacto econômico e social da medida.

O Brasil espera que seja evitado um confronto global no aço, porque seria muito atingido, como segundo maior exportador do produto para o mercado americano.

Sem surpresa, persistem divergências no G-20 sobre clima e comércio. Os EUA, que antes defendiam um prazo para o fim dos subsídios para combustível fóssil, parecem agora apoiar a posição contrária de Arábia Saudita e Rússia.

O presidente Trump chega hoje em Hamburgo. Ele prometeu "ajudar" a anfitriã, a premiê alemã Angela Merkel, a ter uma cúpula bem sucedida. Não se sabe bem como.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Ranulph Fiennes

Título: Banindo o óleo pesado do Ártico

Trinta e cinco anos atrás, como parte de uma expedição mundial, Charles Burton e eu viajamos pelo Oceano Ártico cruzando o Polo Norte, acampando por três meses em uma placa superficial de gelo em rápido movimento. Foi para nós uma jornada que definiu nossas vidas e constituiu um segmento de um recorde mundial nunca superado.

Mas outro recorde, esse muito menos duradouro, pertence ao próprio gelo do Ártico: em março deste ano, ele tinha encolhido para o menor tamanho já registrado.

O desaparecimento do gelo polar é resultado do uso de combustíveis fósseis, que não apenas sustentam o aquecimento mundial, mas também têm um efeito mais imediato, devido ao emprego generalizado de óleo combustível pesado (HFO, em inglês) para mover navios. O HFO é barato e abundante, mas também é tóxico e sujo. Quando os navios navegam no Ártico, contaminantes como o óxido de enxofre e o carbono negro [forma impura de carbono produzida durante a combustão incompleta de combustíveis fósseis, madeira (formando fuligem) ou biomassa] são depositados no gelo e na neve. A acumulação de poluentes acelera o derretimento da neve, o que aquece as águas do oceano e, por sua vez, cria um ciclo retroalimentador de mais derretimento.

O mundo tem a oportunidade de reverter essas tendências nesta semana, quando o Comitê de Proteção do Meio Marinho da Organização Marítima Internacional (IMO, em inglês) reunir-se em Londres. Nessa reunião, o Canadá, juntamente com vários Estados membros banhados e não banhados pelo Ártico, proporá uma estratégia para limitar o uso e o transporte de HFOs por navios no Ártico. É imperativo que cada Estado participante apoie essa medida crucial para proteger o frágil ecossistema do Ártico, em rápido desaparecimento.

Os HFOs são o "rei dos combustíveis navais" desde a década de 1960, mas apenas em anos recentes passou a ser investigado mais detidamente. Em agosto de 2011, seu uso foi proibido em navios que navegam as águas da Antártida, mas os países banhados pelo Ártico demoraram mais para agir. Em 2015, os HFOs responderam por quase 60% dos combustíveis marinhos consumidos pelos navios que operam no Ártico.

Considerações econômicas são a razão da popularidade dos HFOs, mas agora compreende-se amplamente que seus custos ambientais e humanos superam os benefícios. Quando o HFO é derramado em águas geladas, ele se decompõe lentamente e pode devastar os ecossistemas e os meios de subsistência dos organismos que deles dependem. O HFO é também uma importante fonte de poluição do ar. Os efeitos do aquecimento climático do carbono negro, por exemplo, são até cinco vezes piores no Ártico do que em latitudes mais baixas.

À medida que o gelo do Ártico recua, novas rotas marítimas se abrirão para navios maiores, tornando a regulamentação dos HFOs ainda mais importante. O tráfego mais intenso de cargueiros aumentará o risco de vazamentos catastróficos

Existem combustíveis alternativos para o transporte marítimo. O óleo diesel marinho e o gás natural liquefeito, por exemplo, são economicamente viáveis e mais limpos do que os HFOs. Necessária é a vontade política de impor uma transição para opções menos poluentes. Por enquanto, foram promulgadas proibições apenas limitadas ao uso de HFOs, como as impostas no Oceano Austral e nas águas em torno do arquipélago norueguês de Svalbard.

À medida que o gelo do Ártico recua, novas rotas marítimas se abrirão para navios maiores portando as bandeiras de um número maior de Estados, tornando a regulamentação dos HFOs ainda mais importantes. O Conselho do Ártico advertiu que o tráfego mais intenso de cargueiros aumentará o risco de vazamentos catastróficos envolvendo o petróleo.

Alguns países já estão agindo. Em 2016, os EUA e o Canadá anunciaram uma "redução gradual" no uso de HFOs em navios que operam no Ártico. Muitos outros países apoiam discretamente esse trabalho. Mas apoio passivo não é suficiente. Agora que a reunião da IMO está sendo realizada, mais países deverão avançar e somar suas vozes ao crescente número de países que defendem uma proibição ao uso de HFOs no Ártico. O Parlamento Europeu, por sua vez, já apoiou amplamente essa medida.

O ímpeto para a eliminação dos HFOs no Ártico é crescente. A Associação dos Armadores Dinamarqueses e a Hurtigruten, operadora de cruzeiros de expedições no Ártico são apenas dois dos atores que defendem regras mais

rigorosas ou uma proibição total. Outras empresas de transporte marítimo salientaram a necessidade de regulamentação para manter condições competitivas equânimes.

Em janeiro de 2017, a Hurtigruten aderiu à Clean Arctic Alliance para lançar o Compromisso do Ártico. A iniciativa reúne operadores de cargueiros, exploradores polares, ONGs, comunidades e empresas, para apoiar uma eliminação gradual dos HFOs, antes de qualquer incremento do transporte marítimo no Ártico, ao mesmo tempo que exorta o setor de transporte em geral a adotar combustíveis alternativos. (Eu assinei esse documento no início deste ano).

Na reunião deste mês da Comissão de Proteção do Meio Marinho, os Estados membros da IMO precisam aproveitar o progresso já alcançado em apoiar a eliminação dos HFOs proposta pelo Canadá. Em especial, precisam comprometer-se a cumprir todas as medidas resultantes da IMO e garantir que o uso de HFOs venha a ser proibido nas águas do Ártico. Temos tempo para modificar os registros do desaparecimento do gelo do Ártico, mas devemos agir rápido. (Tradução de Sergio Blum)

Ranulph Fiennes é um explorador, escritor e autor inglês. Em agosto de 1982, ele e seu colega explorador Charles Burton tornaram-se as primeiras pessoas a completar uma circumnavegação de superfície dos pólos da Terra, Copyright: Project Syndicate, 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Queda do petróleo

O petróleo operou com fortes perdas ontem, pressionado pelos receios sobre o excesso de produção. O WTI para entrega em agosto recuou 4,1%, a US\$ 45,13 o barril na New York Mercantile Exchange. O Brent para setembro teve queda de 3,67%, a US\$ 47,79 o barril na ICE Futures Europe.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Brasília

Título: Venda de 17% na Renova é insuficiente para Light

A venda da participação de 17% que a Light tem na Renova Energia para a gestora canadense Brookfield deve ajudar a companhia carioca, mas não é suficiente para atender as necessidades de caixa no curto prazo, de acordo com o Credit Suisse. Na terça-feira, a Renova Energia divulgou um comunicado informando que a Brookfield fez uma oferta não vinculante pela fatia da Light na companhia. A operação deve incluir também uma capitalização da empresa de energias renováveis.

Reportagem da Reuters informa que a proposta da Brookfield avalia as units da Renova detidas pela Light em cerca de R\$ 9,00, e que o aumento de capital deve ser de cerca de R\$ 800 milhões, totalmente subscrito pela gestora.

Com isso, a Light deve receber cerca de R\$ 215 milhões em caixa, pelos cálculos do Credit Suisse. No entanto, a companhia tinha cerca de R\$ 1,7 bilhão a amortizar no curto prazo, considerando dívidas, passivos regulatórios e a posição de caixa da companhia.

Para a Renova, por sua vez, a notícia é muito positiva, pois ela será beneficiada com a injeção de capital. Os analistas Vinicius Canheu e Arlindo Carvalho destacam que esse será o terceiro negócio grande envolvendo a empresa no ano, depois de vender o complexo eólico Alto Sertão II para a AES Tietê por R\$ 650 milhões e sua fatia na Terraform Global para a Brookfield.

"Com os três negócios, a Renova pode gradualmente melhorar sua situação de liquidez, que estava muito ruim anteriormente", escreveram os analistas. O anúncio é mais um sinal da pressão que a Cemig vem recebendo dos bancos para que seu plano de venda de ativos - e redução de endividamento - apresente algum resultado.

A Cemig, que tem quase R\$ 5 bilhões em dívidas vencendo neste ano e enfrenta dificuldades na negociação da rolagem com os credores, tem 36,23% das ações da Renova. Já a Light, da qual a Cemig tem 43% do total, possui 17,17% das ações da Renova.

Quando divulgou seu plano de venda de ativos, no início de junho, a Cemig já informava que havia uma proposta não vinculante pela Renova Energia, envolvendo a capitalização primária da companhia. O mesmo plano previa ainda a venda do segmento de geração da Light.

Algumas semanas depois, a Cemig, cada vez mais pressionada pelos bancos, informou que pôs a totalidade de sua participação na Light no mercado, uma operação que sempre enfrentou resistência na estatal mineira, que via a companhia carioca como seu "veículo de distribuição de energia".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Juliano Basile | De Petersburg (Virgínia)****Título: Robotizada, usina revela nova cultura da Gerdau**

A temperatura está próxima de 1.565 graus Celsius e o local é fechado. Máquinas do tamanho de um edifício de dois andares conduzem do alto três gigantescas palhetas alaranjadas pelo fogo a um imenso tonel onde há milhares de pedaços de sucatas de aço. O choque das palhetas com as sucatas produz um show de faíscas. As descargas elétricas e o fogo ofuscam a visão até daqueles que estão usando óculos protetores. Os ruídos são tão intensos que é necessário usar um tapa-ouvido. O ar ganha diversos feixes nebulosos e mesmo com casacos elaborados com tecidos protetores é possível sentir ondas constantes de calor, como se as pessoas estivessem diante da grelha de uma churrasqueira gigante.

Muito próximo ao fogo, há um robô pronto para fazer ajustes no material resultante do contato da sucata com o fogo. Ele usa um imenso braço, com comprimento equivalente a duas pessoas.

Antes da chegada do robô, eram três funcionários por turno de oito horas que faziam esse serviço. Até a década passada era difícil virar o ano sem a ocorrência de ao menos um acidente. Mas a chegada do androide faz parte de um processo de automação que tornou a usina de Petersburg, no interior do Estado da Virgínia, uma das cinco mais eficientes na siderurgia mundial. Os acidentes zeraram nos últimos anos e a produção aumentou.

Considerada uma joia da Gerdau, a usina tem capacidade para entregar 900 mil toneladas de aço por ano. De lá, saíram perfis estruturados que hoje estão no World Trade Center, em Nova York, no estádio Soldier Field, em Chicago, na ponte Cooper River, em Charleston, na Carolina do Sul, e no campus da Apple, em Cupertino, na Califórnia.

Sozinha, a unidade de Petersburg consome mais energia do que toda a cidade de Richmond, a capital da Virgínia, com mais de 200 mil habitantes. A conta supera US\$ 2,5 milhões mensais. Em troca, a usina produz 150 tamanhos e formatos diferentes de vigas de aço. Apenas outras duas unidades nos Estados Unidos, na Pensilvânia e no Texas, conseguem fazer produtos em tamanhos e quantidades semelhantes. "É uma das usinas mais estruturadas dos Estados Unidos", definiu Peter Campo, presidente da Gerdau no país. "Os perfis estruturados feitos lá são relativamente únicos no planeta."

No mundo, Petersburg está numa lista restrita ao lado de outras quatro usinas no Japão, em Luxemburgo, na China e no Oriente Médio, capazes de produzir

lâminas de aço de grande porte para vários usos. Algumas chapas têm formatos em "U" e outras em "I". As diferentes dimensões permitem a utilização nas mais diversas obras, inclusive para a contenção de água e areia em grandes quantidades. "Elas funcionam para fazer obras na construção de metrô e de barragens", diz André Gerdau Johannpeter, presidente global do grupo. Algumas chapas de Petersburg estão no Canal do Panamá.

Digitalização da usina de Petersburg permitiu contratação de pessoal mais especializado e com salários melhores

A automação dessa usina faz parte da estratégia da Gerdau, nos últimos três anos, de fazer produtos diferentes de acordo com novas demandas do mercado. Isso envolve desenvolver sistemas com alto grau de sensibilidade e mecanismos digitalizados que serão utilizados dentro do ambiente inóspito das fábricas da indústria pesada.

Próximo ao forno de Petersburg, lâminas de aço com cores de lava e o comprimento de um andar alto de um edifício são transportadas por linhas verticais por rolamentos especiais antes de ganhar os retoques finais. A manutenção do sistema de transporte das vigas alaranjadas pelo fogo é feita por um sistema desenvolvido pela GE para turbinas de aviões. Com ele, a usina não tem de parar a produção para ver se as máquinas correm o risco de quebrar pelo peso e pela temperatura alta das chapas. Um computador avisa eventuais avarias, os rolamentos são trocados e a usina funciona durante seis dias e meio por semana sem paralisações. No lado externo da unidade, uma área maior do que três campos de futebol está tomada por cilindros gigantes que tornam possível o rolamento das lâminas e são constantemente trocados.

A usina tem 300 funcionários e é a terceira maior da Gerdau América do Norte. A robotização retirou algumas vagas daqueles que ficavam próximos ao forno. Por outro lado, Petersburg passou a contratar pessoal mais especializado e com salários melhores. Alguns são engenheiros que surgem de programas desenvolvidos pela Gerdau. "Sempre que se puder remover uma pessoa de perto do forno é algo bom a se fazer", disse Gustavo Rodrigues, um dos brasileiros que trabalha na usina. Há 20 anos no ramo, diz que Petersburg é a unidade mais moderna em que trabalhou. "A automação é o destino dessa indústria e a inovação também ajuda a evitar acidentes", diz.

Os robôs que trabalham próximos ao forno foram adquiridos junto à companhia italiana BM, que atua especificamente no desenvolvimento de soluções para a indústria siderúrgica. A Gerdau está buscando outras parcerias para melhorar a eficiência de suas unidades.

André Gerdau contou ao **Valor** que está constantemente à procura de "startups" com ideias inovadoras para a produção e logística na indústria pesada. "Elas nos trazem soluções logísticas, de informação mais rápida, de estatísticas. São pessoas e empresas muito ágeis, que vivem de desafios e nos entregam resultados muito bons", revelou.

Algumas dessas empresas já estão atuando dentro de usinas no Brasil, onde as unidades contam com mais de mil sensores digitais que, agora, deverão se espalhar pelos Estados Unidos a partir de novas parcerias, como a realizada com a GE. "É um novo ecossistema que surgiu com empresas ágeis, rápidas e com uma mentalidade diferente. Chamamos de contaminação positiva o fato de trazer 'startups' para dentro da Gerdau", definiu o presidente.

Próximos aos fornos, os sensores ajudam a prevenir eventuais falhas no sistema na fabricação das lâminas, mantendo a continuidade da produção num processo de inteligência artificial que foi levado para dentro da indústria pesada. Os funcionários da unidade de Petersburg observam e monitoram os robôs ao lado do fogo com a clara visão de que eles são o futuro do setor de siderurgia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Grupo para unidade de laminação em Minas

No âmbito de seu processo de otimização do portfólio de negócios, a Gerdau decidiu paralisar a área de laminação de sua usina em Divinópolis (MG). A unidade agora continuará operando apenas os altos-fornos e a aciaria locais, assim como a área de administração, com vistas à exportação, informou a companhia.

"A Gerdau confirma a paralisação da área de laminação da usina Divinópolis e a transferência da produção para outras usinas, mantendo seu patamar atual de produção de laminados no Brasil e o atendimento aos clientes", informou, em nota. "A decisão é decorrente da necessidade de otimização de seus ativos em função do atual cenário econômico nacional, especialmente relacionado ao setor da construção civil, e dos desafios da indústria do aço vivenciados no Brasil e no mundo."

Na cidade mineira, a Gerdau faz barras e vergalhões. Com a parada da laminação, passará a vender tarugos, material semiacabado, principalmente ao exterior. A decisão causa demissão de 22 funcionários, informa o Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis e Região. "A redução de postos de trabalho foi o último recurso da empresa após a tomada de uma série de medidas para evitá-la", alega Gerdau.

A capacidade produtiva instalada de laminados em Divinópolis é de 460 mil toneladas por ano. Já em aço bruto, o que restará no local, atinge 570 mil toneladas.

Até agora, o processo de reavaliação dos negócios da Gerdau rendeu R\$ 2,8 bilhões em vendas de ativos e o desligamento ou paralisação de 2,2 milhões de toneladas de capacidade produtiva. Isso permitiu cortar investimentos e custos operacionais, melhorar o fluxo de caixa livre e manter seu perfil de crédito mesmo em um momento de crise para o setor do aço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale espera fechar acordo em Moçambique no 3º tri

Embora as atenções do mercado sobre Vale estejam direcionadas para a operação de unificação de ações da companhia, a mineradora está em contagem regressiva para o fechamento de outra transação há muito tempo esperada, capaz de contribuir de forma relevante para a redução do endividamento da companhia a curto prazo. Trata-se da conclusão de uma operação bilionária de financiamento com um "pool" de bancos liderados pelo japonês JBIC para o empreendimento de carvão da empresa, em Moçambique, na África Subsaariana.

O financiamento se dá na modalidade "project finance" em que normalmente as receitas do empreendimento servem como garantia aos empréstimos dos bancos. "Estamos confiantes de que teremos a conclusão de tudo no terceiro trimestre deste ano. Estamos em contagem regressiva", disse ao **Valor** Luciano Siani Pires, diretor-executivo de finanças e de relações com investidores da Vale.

No fim de março deste ano, a Vale recebeu US\$ 733 milhões de um total de US\$ 770 milhões a serem pagos pela japonesa Mitsui por uma fatia no negócio de carvão da mineradora em Moçambique. Pelo acordo, a Mitsui assumiu participações acionárias na mina de carvão de Moatize, no noroeste do país africano, e também no Corredor Nacala, malha logística integrada por ferrovia e porto.

Na ocasião, a Vale disse que a Mitsui iria desembolsar a diferença, para chegar aos US\$ 770 milhões, quando da conclusão da operação do "project finance" com os bancos. A estimativa é que os bancos desembolsem um valor de até US\$ 2,7 bilhões na operação de financiamento, conforme já divulgado pela própria Vale. Não fica claro hoje qual deve ser exatamente esse valor.

Um analista disse que a operação, quando concluída, será bem recebida pelo mercado uma vez que vai reforçar a estratégia de "desalavancagem" da Vale. A Vale vem trabalhando para reduzir a dívida líquida da companhia para um patamar entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões, número que poderia ser alcançado até o fim deste ano dependendo dos preços do minério de ferro. A dívida líquida da Vale no primeiro trimestre de 2017 situava-se em US\$ 22,7 bilhões, abaixo dos US\$ 25 bilhões do fim de 2016.

A operação de financiamento para o carvão de Moçambique é aguardada há pelo menos dois anos pelo mercado. Mas já houve frustração dos investidores pelos diversos adiamentos na conclusão dessa transação. A Vale justificou os atrasos dizendo tratar-se de transação complexa envolvendo diversos países e instituições financeiras multilaterais e comerciais. Há no mercado quem trabalhe com a expectativa de a operação do financiamento do carvão ser finalmente fechada no quarto trimestre.

Este mês a Vale vai divulgar os resultados operacionais relativos ao segundo trimestre e há expectativa de que a produção de carvão em Moçambique continue mostrando melhorias. No primeiro trimestre do ano, a produção da commodity da Vale no país africano totalizou 2,4 milhões de toneladas, aumento de 170% sobre igual período do ano passado.

Também há expectativas, entre fontes do setor, se poderá haver mudanças na estratégia da Vale para o carvão a partir do diagnóstico que está sendo feito nos negócios da companhia a pedido do novo presidente da mineradora, Fabio Schvartsman.

Esse diagnóstico deverá ser divulgado ao mercado pela empresa logo depois que ficar pronto e for apreciado pelos acionistas.

No quarto trimestre de 2016, a área de carvão da Vale deu uma "virada", registrando um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 156 milhões. No primeiro trimestre, o Ebitda da área foi de US\$ 61 milhões. Os preços do carvão metalúrgico, usado como matéria prima pelas siderúrgicas, está em um patamar confortável para a Vale. Depois de atingir um pico de quase US\$ 300 por tonelada no mercado à vista da Austrália em abril deste ano, as cotações se estabilizaram na faixa de US\$ 150 por tonelada. "É um preço bom para nós", disse Siani.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras pode exportar derivados do Comperj

Parte da produção futura de combustíveis da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ), será exportada, caso a Petrobras e a chinesa CNPC firmem parceria para a retomada do projeto, disse uma fonte a par do assunto. A conclusão das obras do empreendimento, cuja construção já atingiu cerca de 85% de execução, depois de investimentos de US\$ 13 bilhões, é um dos pontos em aberto no memorando de entendimento assinado pelas duas companhias, terça-feira, em Pequim, capital da China.

De acordo com o memorando firmado entre as partes, "as empresas se comprometem a avaliar, conjuntamente, oportunidades no Brasil e no exterior em áreas-chave de interesse mútuo, beneficiando-se de suas capacidades e experiências em todos os segmentos da cadeia de óleo e gás, incluindo potencial estruturação do financiamento". De acordo com a fonte, o documento não lista que projetos serão desenvolvidos em conjunto, mas na prática as companhias acertaram que estudarão parcerias em alguns ativos nas áreas de exploração e produção e refino, dentre eles o Comperj.

Chinesa CNPC já é sócia no projeto de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, no qual detém 10% do consórcio

A principal dentre as alternativas em estudo prevê que a CNPC assuma todos os custos para concluir o empreendimento, de cerca de US\$ 2,3 bilhões segundo estimativas da Petrobras de 2015. Nesse caso, em troca, a chinesa teria uma participação minoritária na refinaria equivalente ao total dos aportes. Com isso, explicou a fonte, a Petrobras não colocará nenhum dinheiro novo no projeto.

Ainda não há uma data prevista para a conclusão da negociação, nem para a retomada do empreendimento e sua conclusão. O projeto do Comperj previa uma capacidade de processamento de 165 mil barris diários de petróleo.

De acordo com outra fonte, as negociações estão em linha com a estratégia definida pela Petrobras no plano de negócios de 2017-2021, segundo o qual qualquer iniciativa de alocação de recursos para a conclusão do Comperj deve vir, obrigatoriamente, de parceria.

O banco UBS classificou como positiva a possível parceria entre a Petrobras e a CNPC para conclusão das obras da refinaria Comperj. O banco de investimentos destaca que, se o consumo de combustíveis começar a crescer novamente no Brasil, haverá demanda por novas refinarias e lembrou que o único novo projeto de refino previsto no país é o do segundo trem da Rnest, em Pernambuco, que deve começar a operar em 2023.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) já chegou a afirmar que as importações de derivados poderiam atingir entre 1,14 milhão e 1,2 milhão de barris diários até

2030, a depender da conclusão, ou não, do Comperj, que hoje se encontra fora do horizonte do plano de negócios da Petrobras.

A única obra do projeto fluminense atualmente prevista pela estatal é a construção da unidade de processamento de gás natural (UPGN), que demandará investimentos de US\$ 2 bilhões e está prevista inicialmente para 2020. A licitação para a execução das obras, porém, ainda não foi concluída.

Enquanto isso, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, o canteiro de obras está parado - 600 pessoas trabalham diariamente, no local, basicamente com a manutenção do Comperj.

A assinatura do memorando de entendimentos com a CNPC ocorreu um dia após a entrada em vigor da nova política de preço de combustíveis da Petrobras, com possibilidade de reajustes diários e, portanto, mais aderente ao mercado internacional. Especialistas avaliam que a nova política deverá aumentar a atratividade do setor de refino para novos investidores.

A CNPC já é parceira da Petrobras no projeto de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. A chinesa tem 10% do consórcio, em sociedade com a compatriota CNOOC (10%), a Total (20%) e a Shell (20%). A estatal brasileira é a operadora com 40%. A previsão é iniciar este mês a produção no campo, por meio de um teste de longa duração (TLD).

MME / ASCOM .